

2

A origem do crime organizado no Brasil

O início das organizações criminosas no Brasil ainda não foi devidamente estudado de maneira sistêmica. Assim, os autores que abordam o tema acabam divergindo em alguns pontos. Para o promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo Eduardo Araújo Silva (2003, p. 25-26) a origem das organizações criminosas brasileiras encontra-se no fenômeno do cangaço. O autor ainda cita o jogo do bicho como a primeira infração penal organizada no Brasil.

Para ele o movimento conhecido como cangaço, cuja atuação ocorreu no sertão nordestino, no final do século XIX, é o antecedente da criminalidade organizada brasileira. O movimento que acabou conhecido pela figura de seu líder Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião era dotado de organização hierárquica, divisão de funções e, com o transcorrer do tempo, passou a atuar em frentes como os saques a vilarejos, fazendas e municípios de pequeno porte; práticas de extorsão de dinheiro através de ameaças de ataques; e, sequestros de pessoas importantes e influentes. Os jagunços, capangas e cangaceiros agiam com apoio de fazendeiros e parte da classe política, bem como com o apoio material de policiais corruptos que acabavam lhes fornecendo armamento e munição.

No que diz respeito ao jogo do bicho, o autor (2003) afirma que se trata da primeira infração penal organizada no Brasil. Esta contravenção penal que se iniciou em nosso país no século XX consiste no sorteio de prêmios em dinheiro a apostadores mediante prévio recolhimento de apostas. A sua origem é imputada ao Barão de Drumond que, com esse jogo, teve como finalidade salvar os animais do Jardim Zoológico do Estado do Rio de Janeiro². No entanto, a ideia tornou-se popular e gerenciada por grupos organizados. Estes monopolizaram o jogo do bicho com apoio de policiais e políticos corruptos. A atividade se tornou tão lucrativa que na década de 1980 movimentava aproximadamente US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por dia com suas apostas. O autor ainda cita a Falange Vermelha, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando como organizações criminosas recentes oriundas dos estabelecimentos prisionais cariocas das décadas de 1970 e 1980.

² O jogo do bicho, quando de sua criação, foi extremamente aceito pela sociedade carioca e não era administrado ou voltado para as práticas delitivas. No início foi visto e aceito como uma prática de divertimento

No entendimento de Ivan Luiz da Silva (1998, p. 52) a origem do crime organizado no Brasil encontra-se em duas fontes. A primeira delas consiste na natural evolução e crescimento da atividade criminosa individual para a prática de crimes através de quadrilhas especializadas em determinados tipos de crimes. A segunda fonte seria a ajuda, através de conhecimentos e táticas de guerrilhas e organização, transmitida pelos presos políticos aos presos comuns. Isto ocorreu durante o regime militar quando estes dois tipos de presos (políticos e comuns) foram encarcerados conjuntamente.

Raúl Cervini (1997), por sua vez, assevera ser uma visão pequena do tema afirmar que o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro surgiu com os comandos carcerários, leia-se: Comando Vermelho e Terceiro Comando. No entanto, o autor reconhece o valor e o nível de organização, planejamento, hierarquia, divisão de funções e estrutura destes grupos. Assim como outros autores, Raul Cervini também destaca a relação existente entre presos comuns e os presos políticos durante o período de regime militar, destacando que os primeiros não possuíam organização estrutural nos moldes dos segundos.

Por outro lado, o autor destaca que este relacionamento entre os presos políticos e os presos comuns, inicialmente, os fortaleceu quanto às reivindicações que faziam dentro do sistema prisional e das condições de vida carcerária. Esta associação trouxe aos presos identidade própria, estrutura hierárquica e sensação de fortalecimento. Com isso, as ações deixaram de ser realizadas apenas em âmbito carcerário para serem realizadas no mundo exterior através de práticas criminosas.

Identificar a origem das organizações criminosas brasileiras não é algo simples, como vimos nas citações de três autores. Temos para nós que o embrião do que entendemos por organizações criminosas realmente seja o movimento do cangaço formado por um grupo de pessoas com tarefas e funções devidamente definidas, dentro de uma estrutura organizada e hierárquica assim como agindo em diversas áreas criminais. Não podemos exigir que a definição de crime organizado de hoje seja perfeitamente adaptada para as organizações dos séculos passados uma vez que as características de tais grupos de criminosos assim como de toda a sociedade, com o passar do tempo, também evolui.

2.1. Organizações criminosas brasileiras³

2.1.1. Comando Vermelho

Trata-se de uma organização criminosa criada nos anos de 1970, no Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Possivelmente, trata-se da maior organização criminosa brasileira e também a mais conhecida.

Sua origem se deu através da junção de presos comuns com presos políticos no período de regime militar, o que permitiu aos presos comuns receberem lições e aprendizados dos presos políticos no que diz respeito à organização, estrutura hierárquica, ações de proteção e enfrentamento do sistema estatal.

No ano de 1994, o Presídio de Ilha Grande foi demolido.

As primeiras ações adotadas pela organização criminosa se deram dentro do Presídio de Ilha Grande. Uma delas foi a criação do chamado “caixa comum” da organização. Tratava-se de uma arrecadação em dinheiro proveniente das ações delituosas dos membros da organização que encontravam-se em liberdade. Os valores arrecadados com os crimes eram utilizados para o financiamento de fugas, a promoção de melhorias nas condições carcerárias e ajuda aos familiares dos presos. Somente no ano de 1980 ocorreram 109 fugas no Presídio de Ilha Grande. O assistencialismo promovido pelo Comando Vermelho é uma das características do grupo. Com isso, os membros da organização garantiram respeito e autoridade perante os demais encarcerados.

Em alguns estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho acabou assumindo as funções do serviço social, promovendo festas natalinas, assim como oferecendo assistência aos detentos e suas famílias. O nível de organização, infra-estrutura e disciplina de seus membros acabou superando muitos objetivos que a luta armada revolucionária colocou em prática na década de 1970. Ou seja, os “aprendizes” acabaram superando os “mestres”.

No início da década de 1980, os membros da facção que conseguiram fugir do Presídio de Ilha Grande passaram a colocar em prática as lições que

³ Este trabalho buscou analisar algumas organizações criminosas de forma exemplificativa não o fazendo em relação às “organizações de colarinho branco” apesar da sua existência em nosso país

havia recebido durante o período de contato com os presos políticos. Foi uma época em que ocorreram diversos assaltos às instituições bancárias, empresas e joalherias, bem como extorsões mediante sequestros. Estas ações eram extremamente planejadas e a maioria delas realizadas com sucesso.

Como o objetivo do Comando Vermelho era assaltar bancos, seus membros decidiram instalar uma célula da organização na Rua Altinópolis, nº 313, Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Trata-se do Conjunto Residencial dos Bancários, local onde concentrava-se muitos funcionários e gerentes de bancos que conviviam harmoniosamente com os assaltantes membros do Comando Vermelho. Esta célula era liderada por José Jorge Saldanha, vulgo Zé do Bigode, que na verdade se apresentava como o juiz de direito Sandro Luiz de Carvalho.

Este relacionamento levou a organização criminosa a conseguir informações úteis para as suas ações, como: o movimento das agências bancárias, as datas de pagamentos e de grande circulação de dinheiro. No entanto, investigações levaram os policiais ao local visando à captura dos membros da organização criminosa.

Intenso tiroteio entre bandidos e policiais ocorreu durante aproximadamente 12 horas, cujo resultado fez com que muitos saíssem feridos e outros mortos. A imprensa presenciou todos os acontecimentos sendo que, um deles, chamou a atenção. Durante a troca de tiros entre policiais e Zé do Bigode este acabou sendo encurralado em um apartamento. Em meio aos pequenos intervalos do tiroteio Zé do Bigode intimida os policiais: “Podem vir, miseráveis. Tenho bala para todos vocês. Nós já desmoralizamos o sistema penal. Agora é a vez da polícia. Pode vir, porque aqui está o Comando Vermelho”. (Amorim, 2004, p. 156)

Esta foi a primeira vez que a organização criminosa é citada em público.

A partir deste período já não havia mais como as autoridades negarem a existência da organização criminosa. Sendo assim, a década de 1980 tornou-se no período dos assaltos a bancos promovidos pela organização, que também teve algumas baixas e divisões. As baixas levaram alguns de seus membros à prisão novamente ou até mesmo à morte. Já a divisão dentro da organização fez com que surgisse outra organização criminosa, o Terceiro Comando (TC) nos anos 1980 e a organização Amigos dos Amigos (ADA) no ano de 1994.

A guerra entre estas organizações criminosas, bem como o fortalecimento de cada uma delas é o ponto de destaque da década de 1990. Isto é tão real que nos presídios havia a necessidade de separar os presos de

acordo com o vínculo que possuíam com cada organização. Caso contrário, não sendo feita esta separação, o membro de uma facção colocado entre os membros de outra era brutalmente assassinado. Outra característica marcante deste período é o crime perpetrado pelo Comando Vermelho. A organização deixa de priorizar o assalto a banco e passa a ter como maior negócio o tráfico de drogas. No entanto, não podemos deixar de lado o tráfico de armas praticado pela organização.

Durante a década de 1990 o Comando Vermelho controlou o tráfico de drogas no Rio de Janeiro de forma absoluta, assim como dominou grande parte das favelas cariocas. A prática do assistencialismo perpetrada entre os presos e seus familiares agora chegara às comunidades carentes onde os traficantes passaram a assumir setores como saúde, educação, segurança e lazer. Na verdade, os traficantes acabaram montando um poder paralelo nestes territórios, uma vez que além dos setores já citados também determinavam quem podia frequentar aquela localidade, exercendo poder sobre a vida das pessoas. Até uma justiça própria foi criada e exercida por eles nas favelas.

No entanto, o que no início era assistencialismo como forma de garantir o respeito e obediência dos moradores das comunidades acabou se tornando intimidação por meio de violência. Esta é uma característica comum presente nas organizações criminosas brasileiras que se assemelha e muito com os códigos de crueldade das organizações criminosas estrangeiras.

De acordo com Edemundo Dias Oliveira Filho (2002, p. 170) aproximadamente 20% da população da cidade do Rio de Janeiro vive nestas condições de constantes intimidações praticadas pelas organizações criminosas. Partindo do pressuposto de que a cidade do Rio de Janeiro possui uma população de 6.320.446 (seis milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e seis) habitantes conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), estamos falando de mais de um milhão e duzentas mil pessoas vivendo sob um poder paralelo instituído pelos traficantes membros das organizações criminosas.

Atualmente, o Comando Vermelho ainda é a maior organização criminosa do Rio de Janeiro, porém, vem perdendo território para outras facções bem como para milícias armadas e as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) criadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar disso, o Comando Vermelho ainda controla o tráfico de drogas, assim como a população das seguintes favelas cariocas:

Morro do Encontro, Complexo do Lins, Camarista Méier, Céu Azul, Favela do Rato, Jacarezinho, Complexo do Manguinhos, Arará, Complexo da Maré (Nova Holanda/Parque União), Faz-Quem-Quer, Engenho da Rainha, Jardim América/Furquim Mendes, Cidade Alta, Kelson`s, Barbante/Vila Joaniza, Juramento, Cerro Coroa, Pereirão, Julio Otoni, Santo Amaro, Vila Kennedy. (Crimes News, 2011)

A facção criminosa ganhou notoriedade em todo país dado o seu alto grau de periculosidade, assim como pelo poderio bélico e financeiro. O Comando Vermelho, como dito, se instalou na maioria das favelas cariocas traficando drogas, instituindo um poder paralelo e controlando a vida dos moradores. Nas localidades em que o poder fica nas mãos dos membros da facção é comum a inscrição das ciglas CV em paredes de casas e no alto dos morros em referência ao Comando Vermelho. A partir de 1992, a organização criminosa também passou a utilizar a cigla CVRL Comando Vermelho Rogério Lemgruber, em homenagem ao traficante Rogério Lemgruber, um dos fundadores da organização que morreu no ano de 1992, no Hospital Miguel Couto, na cidade de Rio de Janeiro, vítima de diabetes que tiveram início no Presídio de Bangu I.

Os líderes do Comando Vermelho passaram a ter notoriedade junto à população brasileira depois de suas prisões. Na sequência são citados alguns deles: William da Silva Lima, o “Professor”, Francisco Viriato de Oliveira, o “Japonês”, Rogério Lemgruber, também conhecido como “Bagulhão” e José Carlos dos Reis Encina, conhecido como “Escadinha”, todos fundadores do Comando Vermelho, além de Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, Márcio Nepomuceno dos Santos, o “Marcinho VP”, Isaías da Costa Rodrigues, o “Isaías do Borel”, Alexandre Mendes da Silva, o “Polegar”, Aldair Marlon Duarte, o “Aldair da Mangueira”, Magno Fernando Soeiro, o “Magno da Mangueira”, Rodrigo Marinho, o “Rolinha”, Fabiano Atanázio da Silva, o “FB” e Elias Pereira da Silva, o “Elias Maluco”.

2.1.2. Terceiro Comando

A organização criminosa Terceiro Comando não tem sua origem estudada de forma aprofundada. As informações a seu respeito ainda são um pouco contraditórias. Algumas sustentam que sua criação ocorreu após o ano de 1994 (Procurados, 2011) enquanto outros creditam seu surgimento na década de 1980. (Ferro, 2009, p. 103)

Para esta segunda corrente, o Terceiro Comando teria surgido a partir da Falange Jacaré que se opunha ao Comando Vermelho. Existem ainda

informações a respeito de sua origem no sentido da organização ter sido criada em decorrência de uma dissidência do Comando Vermelho, associada a policiais que iniciaram suas atividades criminosas. Exemplo disso é o traficante Zacarias Gonçalves Rosa Neto, o Zaca, que era Policial Militar e acabou travando uma terrível disputa pelo controle do tráfico de drogas no Morro Dona Marta com o traficante Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP.

A organização criminosa dominou favelas e comunidades da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Em 1998, se aliou a outra facção denominada Amigos dos Amigos (ADA). Com isso, o Terceiro Comando acabou se fortalecendo.

Como se tem verificado em muitas organizações criminosas tanto brasileiras como estrangeiras, é comum a ocorrência de divisão e disputas internas que acabam gerando o surgimento de outras organizações criminosas. Com o Terceiro Comando não foi diferente. No ano de 2002, o Terceiro Comando tem um racha e surge uma organização criminosa dissidente, o Terceiro Comando Puro cujo líder é Nei da Conceição Cruz, o Facão e Robson André da Silva, o Robinho Pinga, morto no dia 31 de dezembro de 2007, vítima de câncer no cérebro.

No mês de setembro de 2002, o Comando Vermelho, liderado por Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, promoveu uma grande rebelião no presídio de Bangu I. Nesta ação, Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê, um dos principais líderes do Terceiro Comando foi assassinado. A aliança entre o Terceiro Comando e a ADA perdeu força após esta rebelião uma vez que o traficante Celso Luís Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém conseguiu se safar e foi considerado um traidor pelos membros do Terceiro Comando, pois teria se aliado a Fernandinho Beira-Mar. Desde então as principais lideranças do Terceiro Comando migraram para a ADA ou para o Terceiro Comando Puro.

2.1.3. Terceiro Comando Puro

A organização criminosa em estudo tem sua origem no conjunto de favelas denominado Complexo da Maré, em Bonsucesso, Zona Norte do Rio de Janeiro, no ano de 2002. Assim como outras organizações, o Terceiro Comando Puro também surgiu de uma divisão de outra organização criminosa anterior, o Terceiro Comando. Esta divisão foi coordenada pelo traficante Nei da Conceição

Cruz, vulgo Facão, um dos fundadores do grupo juntamente com Robson André da Silva, o Robinho Pinga.

No ano de sua fundação, o Terceiro Comando Puro se apresentou como uma organização criminosa de pequeno porte cuja ação principal era o tráfico de drogas. Uma característica comum presente nas novas organizações criminosas brasileiras é o tipo de crime a ser praticado sendo que o tráfico de drogas e de armas assim como a lavagem de dinheiro são as principais atividades. Outra forma de arrecadação de dinheiro dos membros destas organizações encontra-se na venda de gás e água nas comunidades, assim como no controle de transporte por meio de vans em determinadas regiões da cidade. Obviamente que estes comércios não são calcados no princípio da livre concorrência, ao contrário, o morador que não adquire gás e água nos pontos de vendas da organização ou que se utiliza de vans que não são controladas pela organização estão sujeitos a todo o tipo de retaliação, inclusive a morte.

No entanto, no mês de setembro de 2002, o traficante e líder do Comando Vermelho Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou uma grande rebelião na Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino, popularmente conhecida como Bangu I, executando diversos membros de facções criminosas rivais como a Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando (TC). Um dos criminosos que morto foi Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê, chefe do Terceiro Comando.

Diante disso, os criminosos membros do Terceiro Comando (TC) decidiram colocar fim à aliança existente com a facção Amigos dos Amigos (ADA), migrando para o Terceiro Comando Puro (TCP), enquanto alguns deles passaram para a ADA.

Assim, o Terceiro Comando Puro (TCP) passa a ter força e a dominar comunidades e pontos de vendas de entorpecentes na região Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro. O bairro de Senador Camará é um dos principais pontos de concentração e atuação da organização criminosa que, por sua vez, não dispõe de força na região central e sul da capital fluminense.

As comunidades que se destacam no bairro de Senador Camará que encontram-se sob o domínio do Terceiro Comando Puro (TCP) são: Rebu, Cavalo de Aço, Vila Aliança e Coréia.

Atualmente, as duas principais lideranças do Terceiro Comando Puro (TCP) são os traficantes: Márcio José Sabino Pereira, o Matemático, Batgol ou BG e Nei da Conceição Cruz, o Facão. O primeiro deles encontra-se foragido e sua área de atuação é o bairro de Senador Camará, Rebu, Vila Aliança,

Taquaral, Sapo e Complexo da Maré; o segundo encontra-se preso, porém, quando solto agia no Complexo da Maré.

O Terceiro Comando Puro (TCP) controla o tráfico de drogas, assim como a população das seguintes favelas cariocas: Para-Pedro, Serrinha, Dendê/Guarabu, Parada de Lucas, Vigário Geral, Acari/Amarelinho, Praia da Rosa, Pixuna, Complexo da Maré (Timbau, Baixa do Sapateiro, Vila do João), Parque Royal, Fumace, Vila Aliança, Coréia, Sapo, Rebu/Cavalo de Aço, Muquico e Vila Kennedy. (Crimes News, 2011)

2.1.4. Amigos dos Amigos

Trata-se de uma das três maiores organizações criminosas do Estado do Rio de Janeiro tendo sido fundada entre os anos de 1994 e 1998 dentro do sistema penitencial carioca. Seu principal idealizador e fundador foi o traficante Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê. Este era membro do Comando Vermelho, porém, foi expulso da organização após planejar e executar a morte do então líder da organização, Orlando Conceição, vulgo Orlando Jogador.

Diante disso e após ter sido preso, Ernaldo Pinto de Medeiros se associa a José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, um dos fundadores e líderes de maior destaque do Comando Vermelho, assim como a Celso Luiz Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém fundando a organização criminosa Amigos dos Amigos (ADA).

Diferentemente de outros traficantes de condutas violentas e consumidores de drogas, Uê tinha um conceito diferente do tráfico, pois entendia o comércio ilícito de drogas como algo empresarial. Quando foi preso em 1996 o traficante e a organização ADA já dispunham de uma grande estrutura de distribuição de drogas, assim como ligações com produtores de cocaína dos países vizinhos ao Brasil como Colômbia, Paraguai e Bolívia. Ou seja, Uê acabou fazendo da organização criminosa uma verdadeira empresa com setores de aquisição de matéria prima, transporte, refino, distribuição em pontos de vendas e o comércio propriamente dito.

Ainda com esta visão empresarial, a organização, no início da década de 2000, acaba se unindo a outra organização criminosa, o Terceiro Comando. Esta união consistia em respeito ao território de cada uma delas sem a existência de ataques bem como a união de forças para a invasão e tomada de territórios dominados pelo Comando Vermelho. Nesta época, a principal

comunidade pertencente à organização Amigos dos Amigos era o Morro do Adeus, em Bonsucesso, bem como algumas favelas como o Morro do Juramento, Vila Vintém e Para-Pedro.

No ano de 2002 esta união entre Terceiro Comando e ADA se enfraquece, isto porque o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar comanda uma grande rebelião com muitas mortes no interior do Presídio de Segurança Máxima Bangu I, no Rio de Janeiro. Neste episódio, Beira-Mar mata o fundador da ADA e seu rival, Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê. Existe a suspeita de que esta matança teria sido uma antecipação de Beira-Mar ante a iminência de morrer em razão de um plano para matá-lo. O traficante Celso Luís Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém teria sido o informante de Beira-Mar e, com isso, foi considerado traidor pelo Terceiro Comando. Assim, Beira-Mar poupou Celso Luís Rodrigues da morte.

A verdade é que após estes fatos o Comando Vermelho de Beira-Mar conseguiu atingir seu objetivo de acabar com a união entre Terceiro Comando e ADA. Alguns traficantes dos bairros do Dendê, Parada de Lucas, Acari e Senador Camará romperam com a ADA e fundaram o Terceiro Comando Puro.

Nesta época, Robson André da Silva, o Robinho Pinga, se tornou o principal líder do Terceiro Comando Puro, enquanto Paulo César Silva dos Santos, o Linho, passou a chefiar a ADA juntamente com Irapuan David Lopes, o Gangan. Em 2003, possivelmente em um acerto de contas, Linho teria sido morto na cidade de São Paulo, porém, seu corpo nunca foi encontrado. Algumas pessoas sustentam que o criminoso reside na Europa.

As disputas por territórios entre o Terceiro Comando Puro e a ADA se tornaram constantes, porém, a organização criminosa até o dia 10 de novembro de 2011 mantinha o controle da Favela da Rocinha, uma das maiores favelas da América do Sul, cujo faturamento girava em torno de R\$ 10 milhões com a venda de vários tipos de drogas como: maconha, cocaína, skank, lança-perfume e ecstasy. (Procurados, 2011)

O tráfico de drogas na favela da Rocinha passou a ser comandado pelo criminoso Antonio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, membro da organização criminosa Amigos dos Amigos. Antônio Bonfim Lopes responde a dez ações penais somente na cidade do Rio de Janeiro, sendo que a maioria delas é por tráfico de drogas. A Polícia Civil carioca investiga as ações de Nem em mais de 20 inquéritos policiais.

O criminoso Nem passou a comandar o tráfico na Rocinha em companhia de João Rafael da Silva, o Joça. Tal fato se deu após a morte de

Erismar Rodrigues Moreira, o Bem-Te-Vi. Nesta época Nem adotava uma postura assistencialista junto à comunidade. No entanto, no mês de outubro de 2008 Joca é preso e Nem modifica sua forma de atuação na comunidade. Isto porque, Nem teria ordenado a execução de vários comparsas e moradores da comunidade que não concordavam com suas opiniões e decisões. Ou seja, Nem passa a ter uma conduta extremamente violenta. Esta violência perpetrada por Nem não ficava apenas no campo das ordens, uma vez que o traficante sempre estava executando ou presente nas execuções de integrantes de sua organização que, de alguma forma, praticavam atos considerados como traições.

A Favela da Rocinha é um ponto estratégico para qualquer organização criminosa, pois se trata de uma das maiores favelas da América do Sul, localizada entre os bairros de São Conrado e da Gávea, zona sul da cidade do Rio de Janeiro e conta com aproximadamente 60 bocas de fumo, espalhadas ao longo de suas várias ruas e becos, todos pontos de vendas de drogas que abastecem parte da zona sul carioca. Outra característica peculiar da Rocinha é que ela, provavelmente, seja a única favela do Rio de Janeiro onde o comércio de cocaína se faz pelo grau de pureza da droga fato este que contribui de forma considerável para o lucro dos traficantes.

O comércio de drogas na Rocinha ainda é elevado em razão dos constantes bailes e shows que ali são realizados. Tal fato possibilitou o surgimento no local do shopping das drogas, localizado na Via Apia, com grande concentração de vendas no Largo do Boiadeiro, onde os pontos de vendas funcionam praticamente 24 horas. Estes são os dois lugares mais badalados da noite na Favela da Rocinha e os que mais comercializam drogas. Enquanto Nem chefiou o tráfico na favela da Rocinha estima-se que 150 homens trabalharam para a organização criminosa munidos de mais de 100 fuzis.

Nem é considerado uma das principais lideranças da organização criminosa Amigos dos Amigos (ADA) e é dotado de algumas características não encontradas em outros criminosos, entre elas a de nunca ter sido preso até o mês de novembro de 2011, quando tinha 35 anos de idade, dez no crime e cinco como chefe do tráfico de drogas. Assumiu o controle do tráfico de drogas na favela da Rocinha em outubro de 2005, após a morte do traficante Eriomar Rodrigues Moreira, o Bem Te Vi.

No mês de agosto, do ano de 2010, Nem conseguiu escapar de um confronto com a Polícia quando saía de um baile no morro do Vidigal contando com a ajuda de comparsas fortemente armados. Para tanto, foi necessário, inclusive, invadir um hotel de luxo mantendo 35 hóspedes como reféns até que

Nem estivesse em um local seguro. Este fato é um demonstrativo da liderança e do poderio do traficante e de sua organização criminosa.

No início da madrugada de 10 de novembro de 2011, Nem foi preso por Policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro enquanto tentava fugir. A prisão ocorreu durante operação realizada nas proximidades do Clube Naval, na zona sul do Rio. Após abordarem o veículo que, em um primeiro momento foi apresentado como pertencente ao consulado do Congo, os policiais afirmaram que iriam revistar o veículo. Neste momento o suposto funcionário do consulado passou a se comportar de maneira a despertar ainda mais a desconfiança dos policiais, pois aparentava estar bastante nervoso e não permitia a revista afirmando possuir imunidade.

Assim, a Polícia Federal foi acionada e o veículo escoltado até a sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro onde o carro foi revistado e o traficante encontrado e preso. Trata-se de uma grande baixa na organização, uma vez que outros dois líderes também foram presos. Trata-se de Sandro Luiz de Paula Amorim, o Peixe e Anderson da Rosa Mendonça, o Coelho. Poucos dias depois foi instalada na Favela da Rocinha uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

A organização criminosa Amigos dos Amigos (ADA) controla ainda as seguintes comunidades: Complexo do Caju/Nossa Senhora da Penha, Complexo da Maré (Vila dos Pinheiros), Jorge Turco, Querosene, Fazenda Botafogo/Costa Barros, Morro do Urubu, Cruzada São Sebastião, Morro Azul, Vila Vintém, Curral das Éguas, assim como comunidades em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro como Teresópolis, Niterói, Itaboraí, Cabo Frio, Itaperuna, Angra dos Reis, Macaé, Volta Redonda, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, São Gonçalo e Nova Friburgo, assim como no Estado de Minas Gerais, na cidade de Ipatinga. (Crimes News, 2011)

2.1.5. Milícias

A conceituação das milícias não encontra unanimidade entre os estudiosos do assunto como Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e sociólogos. Assim, de forma genérica podemos afirmar que se tratam de agrupamentos formados por pessoas comuns que não fazem parte dos órgãos de segurança pública ou forças armadas de um país, porém, utilizam armas e o poder de polícia em determinadas localidades.

Em nosso país, o Estado do Rio de Janeiro é o que possui o maior número de organizações milicianas e que, inicialmente, foi vista como uma alternativa positiva às organizações criminosas voltadas ao tráfico de drogas. Isto porque, os milicianos se apresentavam para a população de comunidades carentes alegando que iriam combater o tráfico e trazer tranquilidade para a população.

Esta ideia positiva chegou ao ponto do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, afirmar que as milícias eram “um mal menor que o tráfico” (O Globo, 2008) e denominá-las como “autodefesas comunitárias” (O Globo, 2006).

No entanto, para se manterem as milícias necessitavam de organização e alguma fonte de renda. Assim, passaram a cobrar taxas de proteção da população dos locais onde haviam se instalado, bem como passaram a explorar certas atividades como o transporte alternativo.

Ainda no que tange às milícias cariocas, estas possuem a peculiaridade de serem formadas por agentes públicos ou ex-agentes públicos, sendo a maioria deles policiais militares, policiais civis, bombeiros, agentes penitenciários e membros das forças armadas.

A origem das milícias cariocas ainda é pouco estudada não sendo possível afirmar uma data exata para tal fenômeno. Porém, é possível analisar alguns aspectos que levaram ao surgimento destas organizações criminosas. Para tanto, entendemos que a opinião do sociólogo Luiz Eduardo Soares é a mais completa. Vejamos o trecho citado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com o depoimento do sociólogo.

O sociólogo Luis Eduardo Soares considera que a origem das milícias reside na segurança privada informal e ilegal, quase toda ela a cargo de membros e ex-membros da área de segurança pública que buscam esse segundo trabalho inicialmente como alternativa para aumentar seus rendimentos face aos baixíssimos salários pagos. Se houvesse repressão – como a lei determina – ao segundo emprego da segurança privada, os policiais orientariam as suas demandas salariais para as instituições da segurança pública, para o Estado. Como consequência, aponta o sociólogo, o orçamento público destinado a essa área entraria em colapso.

Para Soares, o orçamento destinado à área de Segurança Pública é irreal e artificial e o que viabiliza a sua manutenção aquém do desejado é a existência da segurança privada. (Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das Milícias da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008)

Obviamente que os baixos salários dos membros da segurança pública associado ao fato do Estado estar ausente em comunidades carentes abriu uma lacuna para que tais pessoas passassem a se organizar e tentar se autoproteger. No entanto, como dito acima, a necessidade de uma fonte de renda para sua manutenção e os lucros advindos destas atividades ilícitas fizeram com que a simples autodefesa se transformasse na mais perigosa e estruturada das organizações criminosas brasileiras.

Os milicianos perceberam a existência de um leque de opções muito grande de atividades extremamente rentáveis. Da expulsão de traficantes no início, passaram à cobrança de taxas de segurança e exploração de transporte alternativo. Em seguida, vislumbraram o comércio de gás e água nas comunidades e o controle dos sinais de televisões a cabo clandestinas e de internet. As milícias deixaram cair a máscara da libertação da comunidade do domínio do tráfico, para deixar claro que sua finalidade está concentrada no lucro.

Nota-se que o aspecto da organização econômica e estrutural das milícias é extremamente grande e foi desenvolvido rapidamente. Não seria dearrazoado imaginar que os milicianos não se dariam por satisfeitos e iriam almejar outras fontes de lucro.

Até aqui podemos dizer que as milícias se assemelham ao tráfico de drogas em dois pontos: domínio territorial e da população de determinada localidade e finalidade de lucro como escopo principal.

Porém, as milícias não demoraram em mostrar seu lado armado e suas ações violentas. A tomada de um território e a continuação deste domínio não é algo que se faz em mesas de discussões entre pessoas civilizadas, mas sim através de violência armada e mortes de inimigos. As taxas de segurança cobradas nada mais são do que verdadeiras extorsões perpetradas pelos milicianos contra os moradores das comunidades. Trata-se de uma taxa de segurança contra os próprios milicianos, ou seja, quem paga se livra da ação da milícia. Ademais, a violência das milícias acaba impondo, inclusive, regras de conduta e comportamento, leis próprias nas favelas, toque de recolher e, na hipótese de descumprimento de tais regras, os juízes e aplicadores das penas são os próprios milicianos. A pena, invariavelmente, é de morte. Ou seja, os milicianos substituem o Estado e desenvolvem as atividades legislativas executivas e judiciárias daquela localidade. Mais um aspecto que coincide com as organizações criminosas voltadas ao tráfico de drogas.

Chegamos às duas características das milícias que as diferem dos narcotraficantes: propagação de que suas ações são legítimas e tem por finalidade proteger os moradores e implantar a ordem à comunidade e participação direta de agentes públicos com infiltração nos poderes constituídos e nos órgãos estatais.

As milícias se apresentam como grupos voltados à proteção dos moradores da comunidade, proteção esta contra a ameaça de práticas criminosas naquele local, desordem e o narcotráfico. Os milicianos tentam fazer com que os traficantes de drogas sejam associados a todo tipo de mal para uma comunidade carente enquanto eles, milicianos, em contra partida, são os defensores da comunidade. Para os milicianos, suas ações não podem ser vistas como um novo grupo criminoso. Assim, tentam demonstrar que suas ações são legítimas sendo este aspecto, o discurso de legitimação uma característica que difere e muito do tráfico de drogas. Ocorre que, algumas milícias deixaram esta característica de lado quando passaram também a comercializar drogas uma vez que viram no tráfico mais uma atividade extremamente rentável, reforçando, com isso, o objetivo de lucro.

Cabe aqui ainda ressaltar que conforme dados obtidos junto à Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, disposta no relatório da CPI das Milícias da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, as milícias se instalaram, preferencialmente, em localidades onde não havia a presença de organizações criminosas voltadas ao tráfico de drogas, isto é, em pequenas localidades da cidade que por diversos fatores não despertavam o interesse dos narcotraficantes. Das 171 comunidades onde se verifica a presença de milicianos, 119 delas não eram dominadas por organizações criminosas voltadas ao tráfico. Isto represente aproximadamente 70% do território ocupado por elas. Assim, resta mais do que claro que o discurso de proteção e expulsão de traficantes perpetrado pelos milicianos é falacioso.

Outra característica que difere as milícias dos traficantes é a participação direta de agentes públicos com infiltração nos poderes constituídos e órgãos estatais. Os milicianos fazem questão de divulgar nas comunidades que são membros do corpo de bombeiros, polícia militar, polícia civil, agentes penitenciários, guardas municipais e membros das forças armadas.

A divulgação acima citada tem diversas finalidades como: reforçar o discurso de legitimação; demonstrar que o miliciano é uma pessoa preparada para garantir a segurança da comunidade conseguindo, com isso, justificar a

cobrança da taxa de segurança; sendo membros das forças policiais, os milicianos podem contar com o apoio das corporações na hipótese de uma tentativa de retomada do local por narcotraficantes; sendo policiais, não existirão conflitos com a polícia.

Outro ponto que difere as milícias dos narcotraficantes encontra-se no relacionamento dos milicianos com políticos e até mesmo o envolvimento direto dos criminosos com cargos políticos. No primeiro caso, os milicianos apoiam determinados candidatos e obrigam os moradores das comunidades que dominam a votarem em seus candidatos, além de abrirem espaço nas comunidades para que apenas determinados candidatos façam campanha eleitoral.

Já no segundo caso, os próprios milicianos se candidatam a cargos políticos e são eleitos pelo voto da população da comunidade que dominam. Obviamente que estamos falando aqui do antigo e conhecido voto de cabresto do início da República em nosso país o que, sem dúvida alguma, fere todo o processo eleitoral e a democracia de nosso país. Os milicianos mais conhecidos e que desempenharam cargos políticos foram:

1- Josinaldo Francisco da Cruz, o “Nadinho de Rio das Pedras”, candidato a vereador no ano de 2004 pelo antigo PFL foi eleito com 34.764 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro) votos. Destes, 66,90% foram oriundos da zona 179 onde ficam situadas as comunidades de Rio das Pedras, Anil, Pechincha, Jardim Clarisse, Gardênia Azul, cidade de Deus e Jacarepaguá; 13 onde estão localizadas a comunidade de Freguesia, em Jacarepaguá e 119 que engloba a Barra da Tijuca, Itanhangá e Alto da Boa Vista. “Nadinho de Rio das Pedras” é chefe da milícia de Rio das Pedras. (fonte: Relatório da CPI Milícias Alerj)

2- Sebastião Ferreira da Silva, o “Chiquinho Grandão”, candidato a vereador no ano de 2004 pelo PDT foi eleito com 7.511 (sete mil, quinhentos e onze) votos na cidade de Duque de Caxias. Destes 77,87% foram oriundos da zona 079 que compreende os bairros Parque Fluminense, São Bento e Muisa. (fonte: Relatório da CPI Milícias Alerj)

3- Jorge Luís Hauat, o “Jorge Bambu”, candidato a vereador no ano de 2004 pelo PT foi eleito com 24.532 (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois) votos. Destes 64,31% foram provenientes da zona 240 onde se situa o Bairro de Santa Cruz; 125 onde ficam os Bairros de Santa Cruz, Paciência e Cosmos; 25 onde encontram-se os Bairros de Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba e Praia da Brisa; 241 onde ficam os bairros de Santa Cruz, Cosmos e Paciência e

246 onde ficam os bairros de Santa Cruz, Cosmos, Campo Grande, Paciência e Inhoaiba). Nas eleições de 2006, Bambu foi candidato a deputado estadual também pelo PT e foi eleito com 32.563 (trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e três) votos, sendo 64,42% oriundos das zonas 25, 125, 240, 241 e 246. (fonte: Relatório da CPI Milícias Alerj)

4- Carminha Jerominho, foi candidata a vereadora no ano de 2008 pelo PTdoB tendo sido eleita com 22.068 (vinte e dois mil e sessenta e oito) votos, sendo que a maioria se concentram nas zonas 122, 241, 242, 243, 244, 245 e 246, onde fica situado o Bairro de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Carminha é filha do ex-vereador Jerônimo Guimarães, o “Jerominho”, e sobrinha do ex-deputado Natalino Guimarães, os quais foram condenados por chefiarem milícias também na zona oeste da cidade. (fonte: Relatório da CPI Milícias Alerj)

5- Luiz André Ferreira da Silva, o “Deco” foi candidato a vereador no ano de 2004 pelo PRONA não tendo sido eleito, porém, ficou como suplente. Obteve 5.348 (cinco mil, trezentos e quarenta e oito) votos. Destes, 49,83% foram provenientes da zona 185 onde ficam os bairros de Campinho e Praça Seca, zona oeste do Rio de Janeiro. No ano de 2008, “Deco” foi eleito, porém, acabou preso em 2011 por chefiar milícia em Jacarepaguá, zona oeste da cidade. (Relatório da CPI Milícias Alerj, 2008); (O Globo, 2011)

6- Cristiano Girão Matias, o “Cristiano Girão” foi candidato a vereador em 2004 pelo PPS, porém, não foi eleito ficando como suplente. Nesta eleição “Girão” obteve 7.745 (sete mil, setecentos e quarenta e cinco) votos, sendo que 43,18% deles foram obtidos na zona 179. No ano de 2006, “Girão” foi candidato a deputado estadual pelo PHS, não se elegendo novamente e ficando mais uma vez como suplente. Sua votação chegou aos 13.083 (treze mil e oitenta e três) votos sendo que 29,93% deles vieram da zona 179. Ele foi o terceiro candidato mais votado nesta zona. Finalmente, no ano de 2008 conseguiu se eleger vereador pelo PMH com 10.445 (dez mil, quatrocentos e quarenta e cinco) votos. No entanto, Cristiano Girão foi preso em 2009 acusado de chefiar a milícia de Gardênia Azul, em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. Girão foi condenado a 14 anos, seis meses e seis dias de reclusão e, com isso, perdeu o mandato de vereador.

7- Jerônimo Guimarães Filho, o “Jerominho”, foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro em 2000 pelo PMDB e reeleito em 2004 com aproximadamente 33 mil votos. No ano de 2007 foi apontado por investigações policiais como chefe da milícia “Liga da Justiça”, fato que o levou à prisão no ano de 2008 e o impediu de disputar novamente a eleição.

8- Natalino José Guimarães foi eleito deputado estadual em 2006 pelo DEM. Sua base eleitoral era a zona oeste da cidade, local onde chefiava a milícia “Liga da Justiça” ao lado do irmão Jerônimo Guimarães Filho e Ricardo Teixeira da Cruz, o “Batman”. Natalino foi preso em 2008 após troca de tiros com policiais em sua casa. Depois desses fatos, foi expulso do DEM e condenado a 15 anos de prisão por diversos crimes, entre eles formação de quadrilha armada e porte ilegal de arma de uso restrito. No ano de 2008 renunciou ao mandato de deputado quando já se encontrava preso.

Diante de todos os fatos e dados aqui dispostos podemos asseverar que as milícias são organizações extremamente perigosas e com estrutura próxima das máfias italianas. Trata-se, com certeza, de algo novo em nosso país, porém, com poderio destrutivo de grande envergadura. Como foi aqui disposto, controlam os votos em determinadas localidades, elegem representantes no parlamento, cometem crimes graves, administram os serviços nas comunidades, impõem suas próprias leis, julgam e executam as pessoas. Estamos diante de organizações que colocam em risco o Estado Democrático de Direito.

Finalizamos dispondo do conceito de milícia que retrata a gravidade destas organizações asseverado pelo Delegado Cláudio Ferraz e que encontra-se no relatório da CPI das Milícias da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2008):

[...] as milícias se enquadram no conceito internacional de crime organizado. Primeiro, auto-padrão organizativo; segundo, a racionalidade do tipo de empresário da corporação criminosa que oferece bens e serviços ilícitos, tais como drogas, prostituição, e vem investindo seus lucros em setores legais da economia; terceiro, a utilização de métodos violentos com a finalidade de ocupar posições proeminentes ou ter o monopólio de mercado, obtenção do lucro máximo sem necessidade de realizar grandes investimentos, redução dos custos e controle da mão-de-obra; quarto, valer-se da corrupção da força policial e do Poder Judiciário; quinto, estabelecer relações com o poder político; sexto, utilizar a intimidação e o homicídio, seja para neutralizar a aplicação da lei, seja para obter decisões políticas favoráveis ou para atingir seus objetivos.

No livro *Elite da Tropa 2*, existe uma afirmação a respeito da periculosidade das milícias que deve ser ponderada, mesmo a obra se tratando de uma ficção apenas baseadas em fatos reais. Vejamos: “Comprovamos que milícia é máfia, é crime, é a manifestação mais grave do que se pode chamar de crime organizado e constitui o principal desafio para a segurança pública e o Estado de Direito”.

Não bastassem todos os fatos até aqui narrados para demonstrar que as milícias são verdadeiras máfias e que suas ações colocam em risco o Estado Democrático de Direito, os milicianos, no dia 12 de agosto de 2011, demonstraram, mais uma vez, do que são capazes. Covardemente mataram com 21 tiros a Juíza de Direito Patrícia Acioli, titular da 4ª Vara Criminal da comarca de São Gonçalo/RJ, magistrada atuante e conhecida como “linha-dura” nas ações de combate às milícias.

As investigações revelaram que os 11 (onze) autores do crime são Policiais Militares do Grupo de Ações Táticas do 7º Batalhão da Polícia Militar de São Gonçalo/RJ envolvidos na morte do jovem Diego Baliene, de 18 anos, no morro do Salgueiro, também em São Gonçalo/RJ. Com as investigações a respeito do assassinato do jovem revelando a ação criminosa dos policiais, estes, temendo serem presos, decidiram pela morte da juíza. O mandante do crime foi o tenente-coronel Cláudio Luiz Oliveira comandante do 7º Batalhão de São Gonçalo/RJ. Ou seja, não existem limites para a ação dos milicianos, basta agir em desacordo com seus interesses que estará sujeito às suas ações criminosas.

As principais milícias investigadas dada a sua grande quantidade de membros e ações criminosas são: “Liga da Justiça”, “Rio das Pedras” e “Chico Bala”, cujas áreas de atuação estão concentradas na zona norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro.

2.1.6. Primeiro Comando da Capital

A organização criminosa foi fundada no dia 31 de agosto de 1993, na Casa de Custódia de Taubaté/SP, conhecida como “Piranhão”, local considerado de segurança máxima e para onde os presos de alta periculosidade eram transferidos. No referido estabelecimento prisional os detentos permaneciam 23 (vinte e três) horas nas celas, restando apenas uma para o banho de sol.

Os fundadores da organização foram: José Márcio Felício, o “Geleião”, Isaías Moreira do Nascimento, o “Isaías Esquisito”, Ademar dos Santos, o “Dafé”, Antônio Carlos Roberto da Paixão, o “Paixão”, Antônio Carlos dos Santos, o “Bicho Feio”, Misael Aparecido da Silva, o “Misa”, Wander Eduardo Ferreira, o “Eduardo Cara Gorda” e César Augusto Roris da Silva, o “Cesinha”. Além desses oito, haviam outros dois presos ligados ao grupo: Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola” e Idemir Carlos Ambrósio, o “Sombra”.

Na fase de criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), este também foi chamado de Partido do Crime ou Partido Comunista Carcerário. No entanto, não restam dúvidas a respeito da finalidade do PCC desde a sua fundação. Os idealizadores da organização criminosa tinham como objetivo combater o que chamam de “opressão dentro do sistema prisional paulista”. Nada mais do que a violação de direitos dos presos prevista, principalmente, na Lei de Execuções Penais, assim como “vingar a morte dos cento e onze presos” que foram mortos no pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo/SP, naquilo que foi conhecido como “massacre do Carandiru”. Nesta época, o PCC cria o seu estatuto, com 16 artigos, onde ficam claros os seus objetivos e o dever de lealdade entre os membros da organização (ANEXO I).

Ainda no estatuto, encontra-se a criação do “caixa” da organização, que deve ser feito através de contribuições dos membros tanto presos como em liberdade. A diferença fica apenas no valor a ser pago, uma vez que os membros que estão em liberdade contribuem mais que os membros que se encontram presos. Este “caixa” deverá ser utilizado, conforme o artigo 4º do estatuto, para pagamento de advogados, ajuda aos familiares dos presos e ações de resgate.

No entanto, toda esta “harmonia” não seria eterna na organização. No mês de fevereiro de 2001, Idemir Carlos Ambrósio, o “Sombra” assume a liderança do PCC e coordena uma megarebelião em 29 presídios paulistas de forma simultânea. As ordens foram emanadas e recebidas por meio de aparelhos celulares. Esta ação resultou na morte de 19 pessoas, sendo 16 presos. Passados cinco meses desta megarebelião, “Sombra” foi morto por cinco membros do PCC em uma disputa interna pela liderança da organização. O assassinato se deu enquanto “Sombra”, chamado pelos outros membros da organização de “pai” encontrava-se no banho de sol na mesma Casa de Custódia de Taubaté/SP, onde nasceu a organização.

Com a morte de “Sombra”, a organização criminosa passou a ser liderada por José Márcio Felício, o “Geleirão” e César Augusto Roris da Silva, o “Cesinha”. Ambos firmaram uma aliança entre o PCC e o Comando Vermelho enquanto estiveram presos no Presídio de Bangu I, no Rio de Janeiro/RJ. “Geleirão” e “Cesinha” eram líderes mais ativos e tidos dentro da organização como “radicais”. Enquanto chefiaram o PCC ordenaram ações e atentados contra prédios públicos. (Folha de S. Paulo, 2002); (Estado de S. Paulo, 2002)

Ocorre que, uma ala da organização tida como “moderada” não concordava com as ações dos líderes e acabaram assumindo o controle da organização no mês de novembro de 2002, quando o PCC passou a ser liderado

por Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”. Não bastasse assumir o comando da organização, “Marcola” declarou “Geleirão” e “Cesinha” traidores da organização, jurando-lhes de morte. Tal fato se deu depois que os antigos líderes teriam feito denúncias e passado informações sobre a organização a policiais que investigavam a ação da organização. Diante disso, “Geleirão” e “Cesinha” fundaram outra organização criminosa, o Terceiro Comando da Capital. Ocorre que, no dia 13 de agosto de 2006, “Cesinha” foi morto por membros do PCC, na Penitenciária de Avaré/SP. (Tomazela, 2006)

“Marcola” passou a chefiar a organização sob o rótulo de ser mais moderado, no entanto, bastou ser o principal líder para demonstrar uma postura diferente. No mês de março de 2003, o Juiz da vara das Execuções Penais de Presidente Prudente/SP, Antônio José Machado Dias foi assassinado por membros do PCC na saída do fórum a mando de “Marcola”. O referido magistrado era tido como linha-dura na aplicação da lei, principalmente, aos presos que se encontravam no Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes/SP.

Nesta época, o PCC já dominava de forma massissa as cadeias e penitenciárias do Estado de São Paulo, além de possuir caixa para suas ações. Os membros da facção já detinham grande parte do controle do tráfico de drogas no Estado. No entanto, não estavam satisfeitos e passaram a se apresentar como partido do crime desprovido de qualquer ideologia, mas visando à promoção de ações para aterrorizar a sociedade e demonstrar sua força.

Desta forma, no mês de maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital iniciou uma série de ataques cujos principais alvos eram policiais civis e militares, guardas municipais e agentes penitenciários. Não importava o grupo ou local de trabalho dos profissionais da segurança pública, bastava esta condição para se tornar alvo. Até mesmo dois bombeiros foram mortos pelo simples fato de pertencerem à Polícia Militar. Nota-se que o objetivo era espalhar o terror e o medo para a sociedade. Os bombeiros militares, cuja função é salvar vidas, passaram a trabalhar de coletes à prova de bala e armas de fogo. Nesta onda de ações violentas quarenta e dois policiais foram mortos. (Souza, 2006, p. 97)

Diversas Delegacias de Polícia, bases da Polícia Militar, viaturas, prédios públicos e bases móveis foram metralhados pelos membros da organização criminosa. Mais de cinquenta ônibus foram incendiados e oito agências bancárias atingidas por disparos de arma de fogo. No mesmo período, o PCC desencadeou a segunda megarebelião de sua história em 73 (setenta e

três) presídios, com presos rebelados em todo o Estado de São Paulo e nas cidades de Campo Grande/MS e Dourados/MS. Este é outro dado interessante, a organização criminosa se instalou e possui ramificações no Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia e Minas Gerais.

Com estas ações, mais da metade das empresas de ônibus retiraram sua frota de circulação, o comércio da cidade de São Paulo fechou suas portas, e o caos se instalou. O prejuízo para o comércio foi de R\$ 50 milhões. A organização criminosa conseguiu mostrar sua força. Cabe ainda frisar que estas ações se deram após a transferência de diversos líderes da organização para presídios distantes da capital, no interior do Estado de São Paulo.

Até este momento a organização criminosa adotava uma estrutura verticalizada ou piramidal, fato este comumente adotado no início e na criação das organizações. O PCC passou a se organizar nos moldes de uma empresa, contando com setores como departamento pessoal e de crédito, almoxarifado, tesouraria, logística, entre outros. Tudo isso, devidamente dividido em funções entre os membros. Este tipo de estrutura (verticalizada) facilita nos momentos em que decisões precisam ser tomadas, assim como reforça o senso de unidade e poder em torno do líderes da organização. Diante desta realidade, foram adotadas nomenclaturas para os integrantes, conforme suas atuações, poder e grau de importância dentro do partido, sendo elas:

“Fundadores”: são os mais importantes e líderes da organização;

“Pilotos”: pessoas responsáveis por um presídio ou uma ala de um estabelecimento prisional.

“Soldados”: membros de último grau de hierarquia e que são os executores das ordens emanadas dos líderes.

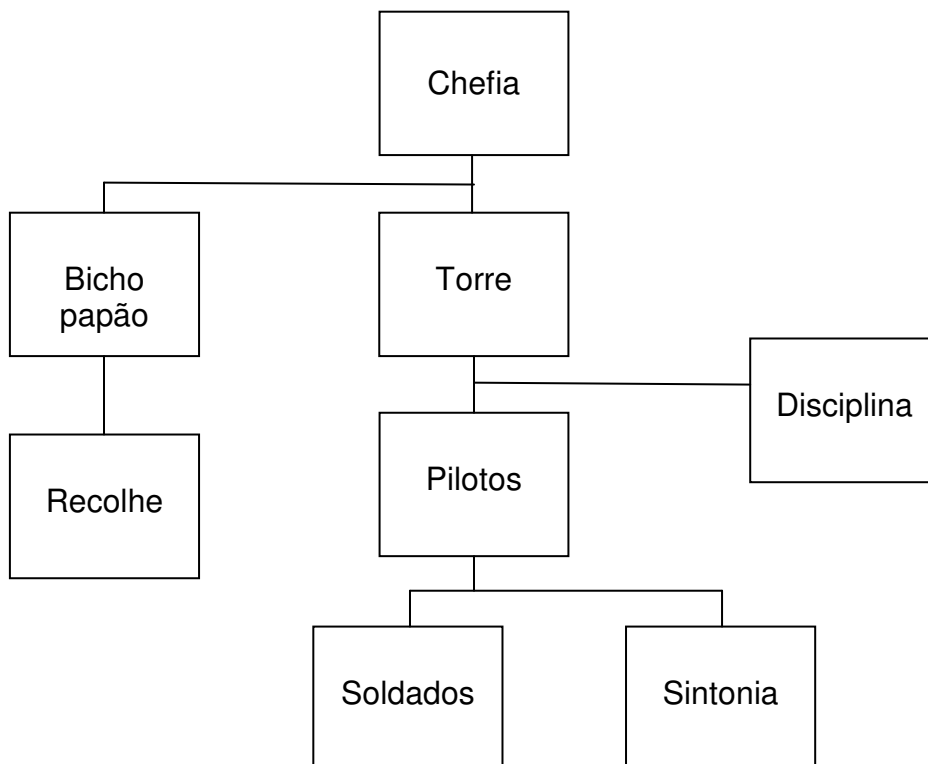
Ocorre que, com a aparição em massa de suas atuações criminosas, como exemplo das megarebeliões e ondas de ataques a prédios públicos, as investigações da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo se intensificaram no sentido de mapear toda a organização criminosa de forma detalhada. Estas investigações mostraram que o Primeiro Comando da Capital passou por modificações estruturais ao longo de sua existência, transformando-se parcialmente de uma organização verticalizada em uma organização formada por células ou anéis.

Isto significa dizer que cada anel ou cada célula possui autonomia e discricionariedade própria em sua área de atuação, seja dentro ou fora dos presídios. Assim, a maioria das relações entre os membros passou a ser conforme o nível de hierarquia que se encontram. Com isso, dificulta-se o

trabalho policial no sentido de se chegar aos líderes da organização, assim como de fazer um novo mapeamento da organização. Novas figuras foram acrescentadas à estrutura da organização conforme se verifica abaixo, sendo que, como dito, o objetivo é de dificultar o trabalho policial e a individualização das condutas de cada membro dentro da organização.

Conforme organograma abaixo, apenas alguns poucos membros de nível diferente se relacionam. Por exemplo, os “pilotos” se relacionam apenas com “torre”, soldados e sintonia, mas nunca com a chefia. Obviamente que, se presos, não terão como delatar os chefes da organização. Vejamos o organograma do Primeiro Comando da Capital e suas funções abaixo:

TABELA 1 – Organograma do Primeiro Comando da Capital



Fonte: Souza (2008).

“Chefia”: são os principais líderes e os criminosos mais importantes dentro da organização. Geralmente a chefia é ocupada por dois membros.

“Torre”: são lideranças decisórias, a última instância antes da liderança geral.

“Disciplina”: tem a função de controle ou de “corregedoria interna” da organização. Tem como função ainda, cobrar dos demais as incumbências criminosas que foram determinadas.

“Pilotos”: membros responsáveis por um estabelecimento prisional ou determinada ala de presídio. Recebem as ordens do “torre” e as repassam para os “soldados” executarem.

“Soldados”: detentos ou homens de fora da cadeia que recebem as ordens a serem executadas. Em completa obediência aos chefes, são os que efetivamente cometem os delitos.

“Sintonia”: sua função é manter o contato entre os membros da organização que encontra-se dentro e fora dos presídios.

“Bicho-papão”: sua função é arrecadar o dinheiro do tráfico de drogas tanto dentro como fora das penitenciárias. Ele recebe o dinheiro arrecadado pelos vários “recolhes”. São os contadores da facção que prestam contas aos chefes.

“Recolhe”: sua função é passar em cada ponto de venda de drogas do PCC e recolher o lucro das vendas. Ele recolhe os lucros e entrega ao bicho-papão. Existem recolhes em cada bairro onde o PCC possui pontos de vendas. (Souza, 2008)

Finalmente, o principal líder da organização é Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola” que encontra-se preso, porém, durante sua liderança fez com que a organização se expandisse a outros Estados da Federação como Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia, Minas Gerais, assim como colocou fim à prática de compra de drogas por meio de intermediários. Atualmente, membros da organização se instalaram em países produtores de maconha como o Paraguai e de cocaína como a Bolívia e a Colômbia para adquirir drogas diretamente dos fornecedores.